



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE

DISCURSO DE SUA EXCELÊNCIA IVETE MAIBAZE,
MINISTRA DA TERRA E AMBIENTE, POR OCASIÃO
DO II CONSELHO COORDENADOR, SOB LEMA:

***“PELO ACESSO EQUITATIVO, POSSE SEGURA E USO
SUSTENTÁVEL DA TERRA”***

Cidade de Maputo, 16 de Julho de 2021

Sua Excelência Secretário de Estado na Cidade de Maputo;

Excelentíssima Senhora Secretária Permanente do Ministério da Terra e Ambiente;

Senhores membros do Conselho Consultivo do Ministério da Terra e Ambiente;

Senhores Directores dos Serviços Provinciais do Ambiente;

Senhores Directores Provinciais de Desenvolvimento Territorial e Ambiente

Senhores Administradores dos Parques e Reservas Nacionais;

Senhores Delegados Provinciais da AQUA;

Caros Chefes de Departamento Central do Ministério da Terra e Ambiente;

Estimados Senhores Coordenadores dos Projectos;

Distintos Convidados;

Minhas Senhoras e Meus Senhores!

Permitam-me, antes de mais, saudar ao Conselho dos Serviços de Representação do Estado na Cidade de Maputo e a população desta bela cidade, especialmente do Distrito de Kampfumo, pela forma calorosa com que nos acolheram e por todo o apoio prestado durante a organização deste evento.

Saúdo igualmente aos participantes deste Conselho Coordenador, a decorrer em formato híbrido, que de forma franca, aberta e objectiva abordarão os diversos temas atinentes às políticas e programas do nosso sector, com vista à promoção de um desenvolvimento sustentável e integrado do nosso país.

Apresença neste local demonstra o vosso comentimento na defesa dos interesses ambientais.

Saudar Sua Excia, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República, pela condução do processo da paz e reconciliação nacional, pela sábia orientação neste momento da pandemia da COVID-19 e pelo seu engajamento nos programas de defesa do ambiente e de mitigação dos efeitos das mudanças climáticas, tal como tivemos a oportunidade de testemunhar com o lançamento, na Cidade de Nacala, do Centro de Operações Humanitárias e de Emergência da SADC, também conhecido como COHE.

**Caros Convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores!**

“Pelo Acesso Equitativo, Posse Segura e Uso Sustentável da Terra” é o lema que escolhémos para o nosso II Conselho Coordenador 2021.

O lema representa o cometimento do Governo no reforço da segurança de acesso, uso e posse da terra para todos os cidadãos, incluindo as comunidades, pessoas singulares e investidores nacionais e estrangeiros, prevenção e redução de conflitos de terras, dada a importância que o recurso terra desempenha, nos diferentes processos de desenvolvimento, nas acções produtivas e sociais e na mitigação dos efeitos climáticos.

O recurso Terra é escasso, precioso e limitado, devendo por isso, ser distribuído de forma equitativa, sustentavelmente gerido e utilizado para responder às necessidades das actuais e futuras gerações.

Neste evento pretendemos passar em revista os processos de gestão da terra, do ambiente e dos recursos naturais e avaliar, desde o último Conselho Coordenador a esta parte, os resultados das acções

implementadas pelo Ministério no âmbito do Programa Quinquenal do Governo 2020 – 2024 e de outros instrumentos programáticos e de governação, e traçar perspectivas para que os eventos naturais que resultam das mudanças climáticas e a actual pandemia da COVID -19 não possam postergar o desenvolvimento do país e o futuro dos moçambicanos. Assim, queremos destacar:

No domínio da Terra e Ordenamento Territorial

Foi um marco para o sector a aprovação pelo Conselho de Ministros do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT), um instrumento de ordenamento territorial de nível nacional, que define e estabelece as perspectivas e as directrizes gerais que devem orientar o uso de todo o território nacional e as prioridades das intervenções à escala nacional e desta forma contribuir para o desenvolvimento integrado e integral do país, com a progressiva eliminação das assimetrias regionais. Actualmente, o instrumento encontra-se depositado na Assembleia da República para a sua apreciação e aprovação.

Igualmente foram aprovados os Planos Especiais de Ordenamento Territorial de Zambeze e da Ilha kaNyaka e parte do distrito de Matutuine, também aguardando a sua aprovação pela Magna Casa.

A Revisão da Política Nacional de Terras e seu quadro legal e institucional, em curso no país, teve como principais marcos, a divulgação e socialização do processo a vários níveis, com enfoque para os distritos e localidades do nosso país, envolvendo os órgãos de governação, as comunidades e as lideranças locais, associações de base comunitária e de produtores, empresariado, académicos, funcionários públicos, operários, organizações da sociedade civil, confissões

religiosas entre outros actores e grupos de interesse. Espera-se que a Comissão encarregue em conduzir o processo conclua os trabalhos nos próximos cinco meses, cientes de todos os desafios impostos pela pandemia da COVID- 19 e agravadas pela instabilidade que se vive em alguns distritos da província de Cabo-Delgado, devido a ataques de grupos terroristas.

No Domínio de Conservação da Biodiversidade

O destaque vai para o Programa de Reassentamento das comunidades residentes no interior do Parque Nacional do Limpopo, em Gaza, onde foram reassentadas na Vila de Salane 140 famílias provenientes da comunidade de Makandazulo e garantidas as melhores condições de vida e de acomodação, que dentre outras incluem o estabelecimento de áreas para a agricultura de sequeiro e de irrigação em campos vedados.

Continuamos a assegurar a gestão das áreas de conservação através do estabelecimento de Parcerias Público- Privadas entre as comunidades e o sector privado na gestão e conservação da biodiversidade, estimulando a criação de emprego e desenvolvimento de actividades geradoras de rendimento, bem como assegurando a conservação dos ecossistemas, da biodiversidade e o uso sustentável dos recursos naturais.

No âmbito das Parcerias-Público Privado, assinámos o Acordo de Parceria com a Associação Moçambicana para a Conservação da Fauna Bravia para assistência veterinária, translocação, investigação e gestão do Conflito Homem e Fauna Bravia.

Estabelecemos parceria de co-gestão para a Reserva Especial do Niassa com a Sociedade para Conservação da Fauna (*Wildlife Conservation Society – WCS*), com investimento de cerca de 6 milhões de dólares americanos,

visando promover a sustentabilidade na gestão da biodiversidade, assistência técnica e financeira e a potenciação de mecanismos para a geração de receitas através do turismo baseado na natureza.

Com a Organização Espaço para Gigantes (*Space For Giants*), assinámos um acordo de cooperação para catapultar e fortalecer a capacidade técnica e financeira através da busca de investimentos no âmbito do Turismo e Uso Sustentável dos recursos naturais.

No contexto da modernização e melhoramento das condições de trabalho, inaugurámos e entraram em funcionamento as infra-estruturas administrativas e de gestão dos Parques Nacionais do Zinave, Gorongosa e do Arquipélago de Bazaruto.

Importa salientar a aprovação do Programa de Desenvolvimento da Paisagem do Norte de Moçambique, com enfoque para as iniciativas e áreas de conservação das províncias do Niassa, Cabo Delgado e Nampula nomeadamente, o Programa de Gestão Comunitária de Tchimpanje Tchetu, o Bloco L4 (este na Reserva Especial do Niassa), o Parque Nacional das Quirimbas e a Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas no valor de 22.9 milhões de dólares americanos para um período de cinco (5) anos.

Ainda neste âmbito e no contexto da colaboração com o Banco Mundial foi aprovado o Projecto de Economia Rural e Sustentável que tem como objectivo aumentar a produtividade agrária e o acesso ao mercado, bem como melhorar as práticas de gestão de recursos naturais, sendo a sua implementação prevista para a Paisagem do Zambeze que integra o Parque Nacional de Mágoè e o Programa Comunitário Tchuma Tchato, no valor de 9.9 milhões de dólares para o período de 5 anos.

Lançamos o projecto “**Promove Biodiversidade**” orçado em 13 milhões de Euros, cujo objectivo visa proteger a biodiversidade e melhorar os meios de subsistência das comunidades rurais, através da gestão sustentável dos recursos naturais nas áreas de Conservação, nomeadamente: Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas (APAIPS) e suas áreas costeiras adjacentes (Nampula e Zambézia), o Parque Nacional do Gilé (PNAG) e o monte Mabu (ambos na Zambézia).

Por Decreto do Conselho de Ministros, foi aprovado o Regulamento de Avifauna que visa regulamentar a protecção, conservação e uso sustentável da avifauna de modo a garantir a sua contribuição para o equilíbrio ecológico e o desenvolvimento do turismo e da ciência. Igualmente foi aprovado o Regulamento do Caçador Guia que visa regular e melhorar a ética dos praticantes da caça desportiva.

Entre outras medidas que foram tomadas para a conservação, destacam-se, a canalização de 20% das receitas provenientes da exploração dos recursos faunísticos às comunidades locais nos Parques, Reservas, das Coutadas e Fazendas do Bravio num total de 21.4 milhões de Meticais.

No Domínio do Ambiente

O Governo tem vindo a alinhar as políticas nacionais e a definir acções prioritárias para melhor responder aos compromissos internacionais assumidos, por forma a assegurar a manutenção do funcionamento dos ecossistemas e uso sustentável do nosso património natural.

Dentre as prioridades definidas destacam-se: (i) a integração da Economia Verde-Azul e da agenda do crescimento verde nas prioridades nacionais de

desenvolvimento; (ii) o estabelecimento de uma rede de áreas de conservação representativa e equilibrada ao nível de ecossistemas e espécies; (iii) a protecção das espécies raras ou ameaçadas dentro e fora das áreas de conservação; (iv) a actualização da lista de espécies protegidas; (v) o mapeamento e a caracterização da degradação de ecossistemas críticos ; (vi) o catálogo da distribuição e abundância das espécies ameaçadas e (vii) o Lançamento Oficial das 29 Áreas-Chave para a Biodiversidade em Moçambique, também conhecidas como KBAs (Viii) em curso a iniciativa presidencial para a construção dos aterros controlados , sendo um por cada província, encontrando-se na fase de realização dos Estudos de Impacto Ambiental.

No âmbito internacional, importa referir que dirigimos com êxito a Reunião Conjunta Virtual dos Ministros da SADC Responsáveis pelo Ambiente, Recursos Naturais e Turismo, onde participamos e reiteramos os nossos compromissos no fortalecimento da capacidade para a conservação dos recursos naturais.

Massificamos e promovemos a educação e a gestão ambiental integrada e sustentável das áreas marinhas e costeiras, rurais e urbanas para a preservação e conservação da qualidade ambiental.

No domínio de Mudanças Climáticas

Realizámos a Primeira Conferência Nacional sobre Mudanças Climáticas com o objectivo de divulgar as acções em curso e mobilizar os diferentes actores a participarem na implementação de acções de Mudanças Climáticas.

Lançamos o Manual da Banda Desenhada sobre Mudanças Climáticas, denominado “*Dr. Clima*” com vista a sensibilizar os alunos das escolas Primárias e Secundárias em matérias de mudanças climáticas;

Com o objectivo de fortalecer as abordagens jornalísticas sobre as matérias de redução de riscos de desastres naturais e mudanças climáticas, capacitamos 30 jornalistas de diferentes órgãos de comunicação social da Cidade e Província de Maputo.

Capitamos 120 funcionários das províncias de Maputo, Gaza, Inhambane, Sofala, Tete, Nampula e Niassa, em matérias relacionadas com as substâncias que destroem a camada de Ozono e gases de efeito estufa.

Com o apoio dos nossos parceiros de cooperação, temos vindo a implementar acções que visam reduzir a vulnerabilidade do país aos efeitos adversos das mudanças climáticas, com destaque para construção de três sistemas multi-uso de abastecimento de água nos Distritos de Mabote, Jangamo e Chicualacuala, beneficiando a 8.946 habitantes; construção de quatro Escolas Primárias Completas nos Distritos de Panda, Massingir, Jangamo e Morrumbala que beneficiam a um total de 7.538 alunos e construção de uma linha de energia eléctrica para o Centro de Saúde de Guijá que beneficia a 92.225 habitantes.

No Domínio da Gestão Florestal

Está em curso a revisão da Lei 10/99 de 7 de Julho, Lei de Florestas e Fauna Bravia, e legislação correspondente, cuja auscultação pública a ser lançado ainda este ano, irá permitir a participação inclusiva dos sectores público e privado, organizações da sociedade civil, instituições de ensino e investigação, parceiros de cooperação, representantes das comunidades locais entre outros actores.

O processo de revisão da Lei de Florestas decorre em paralelo com a reforma da abordagem na exploração florestal, com enfoque na gestão integrada de paisagem, expressa em unidades de manejo florestal, bem como a informatização do processo de licenciamento florestal e gestão da base de dados, através do Sistema de Informação Florestal (SIF), o qual está em funcionamento, em regime piloto, nas províncias de Cabo Delgado e Zambézia.

No âmbito da restauração, plantamos em todo o país 827.547 mudas de espécies nativas e exóticas, numa área correspondente a 4.609.06 hectares, com destaque para a Província da Zambézia com um nível de 36% do total da área restaurada.

Ainda no domínio florestal, organizamos e formalizamos 45 Comitês de Gestão dos Recursos Naturais (CGRN) nas Províncias de Tete e Nampula, e canalizamos 11.781.497,00 (**onze milhões e setecentos e oitenta e um mil e quatrocentos e noventa e sete meticais**) para 136 comunidades beneficiárias. O valor é correspondente a 20 % das taxas de exploração florestal.

No Domínio da fiscalizacao e controlo da qualidade ambiental

Concluimos o processo de implantação das Delegações Provinciais da Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental (AQUA), com a implantação das Delegações nas Províncias de Maputo, Inhambane, Sofala, Tete e Niassa, bem como a nomeação dos respectivos Delegados, visando o reforço da capacidade de fiscalização, auditoria e monitoria da qualidade ambiental, em especial nas áreas de implementação de projectos de

desenvolvimento, com vista a reduzir a vulnerabilidade das comunidades, da economia e infra-estruturas aos riscos climáticos e às calamidades naturais..

Fiscalizamos 490 empreendimentos sócio-económicos, acção que culminou com a aplicação de 70 multas que correspondem a um valor de 77.625.449,35 (**setenta e sete milhões e seiscentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta e nove meticais e trinta e cinco centavos**).

Desencadeamos 1.264 acções de fiscalização florestal em todo o território nacional que culminaram com a aplicação de 887 multas correspondentes a 118.077.447,35 (**cento e dezoito milhões e setenta e sete mil e quatrocentos e quarenta e sete meticais e trinta e cinco centavos**) e apreensão de 5.491,347 metros cúbicos de madeira de diversas espécies nativas, incluindo combustíveis lenhosos e materiais de construção.

Recuperamos 66 contentores de madeira que fazem parte de um lote de 76 contentores que haviam sido exportados ilegalmente em Dezembro de 2020, a partir do Porto de Pemba, com destino à República Popular da China. Neste momento estão em curso os tramites legais para o retorno ao país dos restantes 10 contetores

Abortamos a tentativa de exportação de 12 contentores de madeira em desacordo com as condições legalmente estabelecidas, sendo 4 na Terminal Especial de Exportação de Nacala e 8 no Porto de Quelimane, estando neste momento, os processos a seguir seus trâmites legais junto dos Órgãos de Administração da Justiça para a responsabilização dos infractores.

Fiscalizamos 35 instrumentos de ordenamento territorial, com enfoque para os planos de pormenor e planos distritais de uso de terra, onde constatamos a implementação parcial da maioria dos instrumentos fiscalizados.

Fiscalizamos 52 parcelas, correspondentes a uma área de 16,943.17 hectares, dos quais 5,485.95 hectares serão revertidos à favor do Estado, por incumprimento dos Planos de Exploração.

Auditamos 66 empreendimentos sócio-económicos, através de auditorias públicas e privadas e, emanadas orientações para a melhoria dos processos ambientais por parte das empresas auditadas.

As medidas adoptadas pela Fiscalização têm estado a fortalecer a nossa capacidade de protecção das áreas de conservação tendo resultado na apreensão de 48 armas de fogo de diferentes calibres, detenção de 334 caçadores ilegais, 8.489 pescadores ilegais, remoção de 19.666 armadilhas mecânicas. O aparelho judiciário sentenciou 118 casos relacionados com crimes ambientais.

Caros participantes

Destintos convidados

Minhas Senhoras e Meus Senhores

Apesar de todo o esforço desenvolvido pelo Governo para impulsionar o uso sustentável dos recursos naturais, tem se verificado ainda desafios na sua exploração e seu uso, razão pela qual estamos aqui reunidos para que possamos estabelecer uma base de coordenação comum em busca de uma resposta conjunta aos desafios colocados.

Estamos cientes de que os progressos assinalados não satisfazem ainda a nossa ambição, conforme tem afirmado Sua Excelência, Filipe Jacinto Nyusi, Presidente da República que passamos a citar, ***“enquanto não convertermos as adversidades que o povo enfrenta, o nosso trabalho não estará terminado”***.

Assim, iremos ao longo do dia de hoje fazer a harmonização e troca de experiências provinciais sobre os progressos e desafios registados na implementação do PES 2021 ao mesmo tempo que desenvolvemos o PES 2022 e respectivo orçamento.

Esperamos sair desta reunião com os procedimentos técnicos e administrativos harmonizados, no que diz respeito à implementação do pacote da descentralização que constitui um processo de aprendizagem para todos nos, cientes de que só com a colaboração de todos, este processo poderá alcançar o seu objectivo constitucional.

A terminar, faço votos para que os participantes neste II Conselho Coordenador, tomem este dia de trabalho como oportunidade para fazer um balanço, partilhar as experiências dos progressos e desenvolver estratégias para os desafios que nos esperam.

E com estas palavras, DECLARO ABERTO O II CONSELHO COORDENADOR DO MINISTÉRIO DA TERRA E AMBIENTE SOB O LEMA ***“PELO ACESSO EQUITATIVO, POSSE SEGURA E USO SUSTENTÁVEL DA TERRA”***.

Pela atenção dispensada,
o meu muito obrigado!